

BUENOS AIRES, 4 (A). — O Dr. Luiz Murature, ministro das Relações Exteriores, segundo hoje informa "La Prensa", responderá por estes dias à nota que lhe foi enviada pelos ministros da "entente", nesta capital, solicitando da República Argentina, em nome dos governos de seus países, que não considere como navios mercantes os submarinos de nações inimigas que aportarem neste porto, internando-os logo após a chegada.

Segundo "La Prensa", o titular do pasta do Exterior declarará que tomou nota do texto do "memorandum", deixando o governo argentino na para tomar uma attitude quando se der o caso da chegada de algum submarino beligerante.

UM SUBMARINO ALLEMÃO AFUNDADO

ATHENAS, 4 — Os vasos de guerra aliados afundaram um submarino allemão, ao largo de Phaleron.

Esse barco recebia a provisão de alimentos dos navios allemães e austriacos aprisionados no Pireu.

NAVIOS AFUNDADOS

LONDRES, 4 — De Amsterdam comunique para esta capital que o navio holandês "Zeeland" foi torpedeado por um submarino allemão. A sua tripulação conseguiu salvar-se.

O Lloyd's Register informa que foram mettidos a pique pelos submarinos allemães os navios mercantes ingleses "Dunt", "Strathallan", "Belvina" e "Masentie".

UM SUBMARINO ALLEMÃO AFUNDADO

LONDRES, 4 — Os navios de guerra aliados, segundo informam do Pireu, metteram a pique um submarino allemão em frente a Phaleron.

NAVIOS NORUEGUEZES AFUNDADOS

LONDRES, 4 — O Lloyd's Register annuncia que os navios noruegueses "Gotthard" e "Sedestral" foram afundados.

"O martyrio da Belgica"

Uma conferencia da jornalista belga, mme. Eva van Emden

Na proxima segunda-feira, a Royal, a distincta jornalista belga, d. Eva van Emden, que actualmente se encontra em S. Paulo, realizará uma conferencia sobre a invasão da Belgica pelas tropas allemãs.

A conferencia, que já se fez de vir, com grande successo, na capital da Republica, vai ser naturalmente ouvida e applaudida por uma plateia numerosa e selecta.

Congresso Legislativo

SENADO

REUNIAO EM 4 DE SETEMBRO

Presidência do sr. Jorge Tibiriçá

A's 12 horas, feita a chamada, verificando-se a presença dos srs. Lacerda, Franco, Bento, Biondo, Carlos de Campos, Gabriel de Rezende, Joaquim Miguel, Jorge Tibiriçá, Luiz Plaquar, Luiz Piza, Aureliano do Gusmão, Albuquerque Lima e Rodrigues Alves.

Estando presentes apenas onze srs. senadores, deixam de ser lidas as atas da sessão e reuniões anteriores.

O SR. LO SECRETARIO declara que não ha expediente a ser lido.

Falta a chamada, mais hora depois, não responde mais nenhum sr. senador. Deixam de comparecer com causa participada os srs. Dino Bueno, Fontes Junior, Eduardo Canto, Gustavo de Godoy, Ignacio Uchôa, Guimarães Junior, Nogueira Martins e Oscar de Almeida, e sem participação os srs. Padua Salles, Pinto Ferraz, Fernando Prestes, Pereira de Queiroz e Herculanio de Freitas.

Não havendo numero legal, deixa de haver sessão. Levanta-se a reunião, designada para 5 a mesma.

ORDEN DO DIA

1a parte

Apresentação dos projectos, indicações e requerimentos.

2a parte

3a discussão do projecto n. 48, de 1915, da Câmara, criando o município do Conchas, na comarca do Tietê, com parecer favorável da Comissão de Justiça.

2a discussão da resolução revoctória n. 1, de 1916, anulando a lei n. 5, de 9 de outubro de 1914, da Câmara Municipal de Pedreira, lançando impostos sobre criadeiras de gado.

2a discussão da resolução revoctória n. 2, de 1916, anulando a lei n. 129, de 2 de março de 1916, da Câmara Municipal de Tamboara, sobre abertura de estradas.

2a discussão do projecto n. 2, de 1916, do Senado, revogando o art. 14 e seus parágrafos, da lei n. 1.406, de 1912, sobre perdas, independentemente de parecer.

CAMARA

A 1a Sessão Ordinaria em 4 de Setembro

Presidência do sr. Antonio Lobo

A' hora regimental, feita a chamada, verificando-se a presença dos srs. Alencar, Cesar, Accacio Picado, Casimiro da Rocha, Americo de Campos, Antonio Lobo, Azevedo Junior, Arthur Winkler, Assunção Cerqueira, Ataliba Leonel, Augusto Barreto, Cleo Cesar, Eramo de Assumpção, Gabriel Junqueira, Gabriel Rocha, Guilherme Rubião, João Martins, Velha Miranda, Machado Pedrosa, Joaquim Gomê, Alencar Machado, Freitas Valle, José Roberto, Troiano Machado, Almeida Prado, João Cardoso, Campos Vergueiro, Mario Tavares, Raphael Prestes, Theophilo de Andrade, Carvalho Pinto e Vladimir do Amaral. Deixam de comparecer com causa participada os srs. Alfredo Ramos, Amândeo de Barros, Dario Ribeiro, Francisco Sodré, José Vicente e Procopio de Carvalho, e sem participação os srs. Coriolano do Amaral, Thomas de Carvalho, Pereira de Mattos, Rodrigues Alves, Julio Prestes, Laurindo Minholo, Rodrigues de Andrada, Olavo Guimarães, Paulo Nogueira, Pedro Costa, Plinio de Godoy e Vicente Prado.

Abre-se a sessão.

O SR. LO SECRETARIO lê as atas da sessão e reuniões anteriores, que são postas em discussão e sem debate aprovadas.

O SR. LO SECRETARIO lê a conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do sr. secretario da Fazenda, prestando informações sobre a petição em que a Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba solicita isenção do imposto sobre imóveis rurais. — A' Comissão de Fazenda.

Idem da Câmara Municipal de Itapetininga, prestando informações sobre a representação em que a Câmara Municipal de Ibiúba solicita reificação das dividas deste município com as de Itapetininga e Araraquara. — A' Comissão de Estatística.

Nem se lê a petição de eleição do sr. prefeito para bairros de Ibiúba, de poderes municipais. Traz o poder legislativo separado do executivo. As corporações municipais são corporações administrativas e não podemos estabelecer uma separação rigorosa dos poderes porque isso não está de acordo com a essência do poder administrativo. O sr. presidente da Câmara Municipal, cuja função primordial é exercer a administração, não passando as suas funções legislativas de um meio de administrar (Anuário da Câmara dos Deputados, 1910, p. 241).

O projecto n. 4, de 1916, limita-se a restaurar o sistema da eleição directa do prefeito da capital, sistema que, victorioso na lei n. 1.103, de 1907, art. 6.º, foi desvirtuado pelo art. 1.º da lei n. 1.211, de 1910.

Mandando a Constituição do Estado, art. 52, parágrafo 1.º, que a administração municipal seja constituída por eleição, trata-se apenas de saber si, no caso, a escolha do organo executivo deve ser feita pelo povo ou pela Câmara.

Em these, nada se opõe a adopção do modo de investidura que o projecto sugere. Parece, bem ao contrario, que elle está em perfeita harmonia com o espirito da nossa organização municipal. Compreendemos que o projecto seja escolhido pela Câmara, quando as funções legislativas e executivas não estão nitidamente diferenciadas, quando o projecto é o presidente ou um agente subalterno do conselho deliberativo. Mas, se o intendente não é o presidente do Conselho, e se a realidade um funcio-

rio executivo independente em clero do Conselho, se a cidade e as funções exercidas tem o deber de fazer cumprir as leis de carácter geral, isto é, se a cidade é um organo importante do governo geral do Estado, como lo es, e se a cidade é a entidade política que, portanto, o intendente lo mismo que el Consejo se ofrece en un carácter representativo y debe ser elegido por el pueblo. (Goodnow, Problemas municipales, trad. Carré, p. 241).

Essa é o exemplo dos Estados Unidos onde o "mayor" é eleito directamente pelo povo de toda a cidade e em regra não faz parte da legislatura local. (Bryce, American Commonwealth, I, p. 624). Não nos impressiona o tenor de conflitos entre os dois poderes, tenor que determinou a votação da lei de 1910. As mesmas divergências e as mesmas lutas poderão surgir e têm surgido no regime actual. A harmonia entre os organos da administração municipal não depende do modo de investidura, sendo antes uma questão de educação civica. Diz muito bem Adolpho Posada que "o problema de cidade é sobretudo o problema de civismo", e Rowe assigna, a improposita de todas as tentativas de "assegurar a efficaçia y honradez mediante leyes, en vez de asegurarla mediante los hombres" (El gobierno de la ciudad, p. 233).

Si a escolha do prefeito pelo povo está em consonância com os princípios que regem a administração, devemos aceitar a com maioria de razão, quando a aconselham circunstâncias peculiares a um determinado município. O illustre autor do projecto enuncia os varios fundamentos que justificam a adopção da eleição directa para o bom andamento dos negócios da capital. A unica vantagem da eleição do prefeito pela Câmara está na facil solução dos conflitos entre o executivo e o legislativo: incompatibilidade com este ultimo, aquelle seria revogado (Anuário de 1910, p. 306). Mas o argumento não prevalece quanto a capital, em que, por excepção, o mandato do prefeito dura tres annos.

A Comissão de Justiça é, portanto, pela aprovação do projecto, 85 no total, e a maioria de 100, para a legislação em vigor. Está bem claro que os vereadores continuariam a ser em numero de dezesseis, como até agora (Lei n. 1.103, art. 3.º, parágrafo unico), e que, nos casos de impedimento do prefeito, a Câmara elegeria um dos vereadores para substituí-lo (Lei n. 1.211, art. 2.º).

Sala das commissões, 30 de agosto de 1916. — João Martins, presidente (vencido, com voto em separado); Alencar Machado, Rodrigues Alves, José Roberto.

Voto em separado

Não me parece que o projecto, abrindo uma excepção odiosa para o município da capital, venha trazer vantagens para o interesse publico. O município da capital já goza do privilegio da eleição directa do seu prefeito e as graves inconvenientes demonstrados por esse systema de eleição, o Congresso a revoga systema e a faz-o entrar no regimen comum dos demais municípios.

Não ha novas e justos motivos para iniciarmos nova experiencia sobre a eleição directa do prefeito da capital, experiencia feita ha pouco tempo e com resultados prejudiciais.

Não ha mais melhor governado do que a Inglaterra e não povo mais conservador e amigo da tradição do que o povo inglês. O direito inglês é costumeiro e não ha nesse país o período da reforma da lei, que em outros países torna a verdadeiramente mania. Não ha povo mais respeitador de sua lei do que o inglês e nem ha país onde a lei seja melhor aplicada do que na Inglaterra. Não ha país que tenha maior quantidade de leis do que o nosso e onde as leis sejam mais acatadas e mais frequentemente reformadas e modificadas. Essas continuas reformas prejudicam até a boa applicação da lei. Exemplo frísante das continuas reformas temos neste projecto. A lei n. 1033 de 19 de dezembro de 1905 reformou a lei n. 1.103, de 1907, e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Esta lei estabeleceu que nos municípios da capital, Santos e Campinas o prefeito seria eleito por suffragio directo e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Sendo negativo o resultado e graves os inconvenientes, foi aprovada a lei n. 1.211, de 1910, supprimindo a eleição directa do prefeito dos municípios e passando a ser eleito pelas respectivas Câmaras. Em 1913 mais uma reforma alinda foi feita e em virtude da qual o prefeito da capital é eleito por tres annos. Todas essas reformas, incluindo a da capital, não nos dão direito a dizer que o sistema de eleição directa do prefeito da capital por suffragio directo, Confessemos que é multa reforma. O actual projecto resolve uma necessidade e vem melhorar a situação do município? Temos fundada razão para supor que não.

A eleição directa do prefeito da capital será uma excepção e, como toda a excepção, é odiosa; será um motivo para justo resentimento de outros municípios.

Já tivemos a experiencia feita em tres municípios, incluindo o da capital, e o resultado foi desastroso. Em Campinas estabeleceu-se séria divergência, no regimen que se quer adoptar de eleição directa do prefeito, entre este e a Câmara, e tal foi o atrito que as designações foram feitas, para a eleição de 1913, por eleição indirecta, e a eleição de 1914, por eleição directa. Não menores inconvenientes se registaram nesta capital e o actual projecto, melhor do que nós todos, poderá conhecer e avaliar das grandes dificuldades trazidas ao município e filhas do actual projecto, sistema de eleição directa do prefeito.

Si é essa a experiencia já demonstrada para que voltarmos a insistir pela eleição directa?

Nem se diga que deve haver eleição directa do prefeito para bairros de Ibiúba, de poderes municipais. Traz o poder legislativo separado do executivo. As corporações municipais são corporações administrativas e não podemos estabelecer uma separação rigorosa dos poderes porque isso não está de acordo com a essência do poder administrativo. O sr. presidente da Câmara Municipal, cuja função primordial é exercer a administração, não passando as suas funções legislativas de um meio de administrar (Anuário da Câmara dos Deputados, 1910, p. 241).

O projecto n. 4, de 1916, limita-se a restaurar o sistema da eleição directa do prefeito da capital, sistema que, victorioso na lei n. 1.103, de 1907, art. 6.º, foi desvirtuado pelo art. 1.º da lei n. 1.211, de 1910.

Mandando a Constituição do Estado, art. 52, parágrafo 1.º, que a administração municipal seja constituída por eleição, trata-se apenas de saber si, no caso, a escolha do organo executivo deve ser feita pelo povo ou pela Câmara.

Em these, nada se opõe a adopção do modo de investidura que o projecto sugere. Parece, bem ao contrario, que elle está em perfeita harmonia com o espirito da nossa organização municipal. Compreendemos que o projecto seja escolhido pela Câmara, quando as funções legislativas e executivas não estão nitidamente diferenciadas, quando o projecto é o presidente ou um agente subalterno do conselho deliberativo. Mas, se o intendente não é o presidente do Conselho, e se a realidade um funcio-

rio executivo independente em clero do Conselho, se a cidade e as funções exercidas tem o deber de fazer cumprir as leis de carácter geral, isto é, se a cidade é um organo importante do governo geral do Estado, como lo es, e se a cidade é a entidade política que, portanto, o intendente lo mismo que el Consejo se ofrece en un carácter representativo y debe ser elegido por el pueblo. (Goodnow, Problemas municipales, trad. Carré, p. 241).

Essa é o exemplo dos Estados Unidos onde o "mayor" é eleito directamente pelo povo de toda a cidade e em regra não faz parte da legislatura local. (Bryce, American Commonwealth, I, p. 624). Não nos impressiona o tenor de conflitos entre os dois poderes, tenor que determinou a votação da lei de 1910. As mesmas divergências e as mesmas lutas poderão surgir e têm surgido no regime actual. A harmonia entre os organos da administração municipal não depende do modo de investidura, sendo antes uma questão de educação civica. Diz muito bem Adolpho Posada que "o problema de cidade é sobretudo o problema de civismo", e Rowe assigna, a improposita de todas as tentativas de "assegurar a efficaçia y honradez mediante leyes, en vez de asegurarla mediante los hombres" (El gobierno de la ciudad, p. 233).

Si a escolha do prefeito pelo povo está em consonância com os princípios que regem a administração, devemos aceitar a com maioria de razão, quando a aconselham circunstâncias peculiares a um determinado município. O illustre autor do projecto enuncia os varios fundamentos que justificam a adopção da eleição directa para o bom andamento dos negócios da capital. A unica vantagem da eleição do prefeito pela Câmara está na facil solução dos conflitos entre o executivo e o legislativo: incompatibilidade com este ultimo, aquelle seria revogado (Anuário de 1910, p. 306). Mas o argumento não prevalece quanto a capital, em que, por excepção, o mandato do prefeito dura tres annos.

PARERER N. 32, DE 1916, SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO N. 1, DESTES ANNO

Apresentar o projecto de resolução n. 1, deste anno, o seu autor justificou-o com as seguintes considerações:

1) que as condições financeiras da Câmara exigiam de todos os responsáveis pelas negociações publicas um esforço no sentido de reduzir os encargos do Thesouro;

2) que, estando findo o prazo do contracto para o serviço de apanhamento dos debates da Câmara, era opportuno o momento para esta assembleia "dar um exemplo de sua escrupulosidade em relação ao produto das contribuições publicas";

3) que a Câmara dos Deputados da União tem o exemplo do apanhamento e redacção dos debates organizado como uma secção de sua secretaria, o nelle despendo 137.000.000 mensaes, ou 1.644.000.000 annuaes;

4) que no Senado Federal esse serviço é feito por um chefe de redacção, despendendo-se apenas 9.000.000 mensaes;

5) que a Câmara Federal se compõe de 212 representantes, funcionando num recinto vasto, e o Senado, de 63 senadores, tendo ambas as Câmaras oradores fluentes e realizando sessões longas;

6) que, portanto, sendo ali reunida com perfeição o apanhamento dos debates com essa organização e essa despesa, podia a Câmara dos Deputados de S. Paulo remodelar o seu serviço com grande economia, criando um corpo de cinco funcionarios, sendo um chefe, dois tachygraphos de primeira classe e dois de segunda, que executariam o apanhamento dos debates, lo bem como lo fariam os contractantes.

Quando os Annuários de 1910, p. 306, Mas o argumento não prevalece quanto a capital, em que, por excepção, o mandato do prefeito dura tres annos.

A Comissão de Justiça é, portanto, pela aprovação do projecto, 85 no total, e a maioria de 100, para a legislação em vigor. Está bem claro que os vereadores continuariam a ser em numero de dezesseis, como até agora (Lei n. 1.103, art. 3.º, parágrafo unico), e que, nos casos de impedimento do prefeito, a Câmara elegeria um dos vereadores para substituí-lo (Lei n. 1.211, art. 2.º).

Sala das commissões, 30 de agosto de 1916. — João Martins, presidente (vencido, com voto em separado); Alencar Machado, Rodrigues Alves, José Roberto.

Não me parece que o projecto, abrindo uma excepção odiosa para o município da capital, venha trazer vantagens para o interesse publico. O município da capital já goza do privilegio da eleição directa do seu prefeito e as graves inconvenientes demonstrados por esse systema de eleição, o Congresso a revoga systema e a faz-o entrar no regimen comum dos demais municípios.

Não ha novas e justos motivos para iniciarmos nova experiencia sobre a eleição directa do prefeito da capital, experiencia feita ha pouco tempo e com resultados prejudiciais.

Não ha mais melhor governado do que a Inglaterra e não povo mais conservador e amigo da tradição do que o povo inglês. O direito inglês é costumeiro e não ha nesse país o período da reforma da lei, que em outros países torna a verdadeiramente mania. Não ha povo mais respeitador de sua lei do que o inglês e nem ha país onde a lei seja melhor aplicada do que na Inglaterra. Não ha país que tenha maior quantidade de leis do que o nosso e onde as leis sejam mais acatadas e mais frequentemente reformadas e modificadas. Essas continuas reformas prejudicam até a boa applicação da lei. Exemplo frísante das continuas reformas temos neste projecto. A lei n. 1033 de 19 de dezembro de 1905 reformou a lei n. 1.103, de 1907, e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Esta lei estabeleceu que nos municípios da capital, Santos e Campinas o prefeito seria eleito por suffragio directo e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Sendo negativo o resultado e graves os inconvenientes, foi aprovada a lei n. 1.211, de 1910, supprimindo a eleição directa do prefeito dos municípios e passando a ser eleito pelas respectivas Câmaras. Em 1913 mais uma reforma alinda foi feita e em virtude da qual o prefeito da capital é eleito por tres annos. Todas essas reformas, incluindo a da capital, não nos dão direito a dizer que o sistema de eleição directa do prefeito da capital por suffragio directo, Confessemos que é multa reforma. O actual projecto resolve uma necessidade e vem melhorar a situação do município? Temos fundada razão para supor que não.

A eleição directa do prefeito da capital será uma excepção e, como toda a excepção, é odiosa; será um motivo para justo resentimento de outros municípios.

Já tivemos a experiencia feita em tres municípios, incluindo o da capital, e o resultado foi desastroso. Em Campinas estabeleceu-se séria divergência, no regimen que se quer adoptar de eleição directa do prefeito, entre este e a Câmara, e tal foi o atrito que as designações foram feitas, para a eleição de 1913, por eleição indirecta, e a eleição de 1914, por eleição directa. Não menores inconvenientes se registaram nesta capital e o actual projecto, melhor do que nós todos, poderá conhecer e avaliar das grandes dificuldades trazidas ao município e filhas do actual projecto, sistema de eleição directa do prefeito.

Si é essa a experiencia já demonstrada para que voltarmos a insistir pela eleição directa?

Nem se diga que deve haver eleição directa do prefeito para bairros de Ibiúba, de poderes municipais. Traz o poder legislativo separado do executivo. As corporações municipais são corporações administrativas e não podemos estabelecer uma separação rigorosa dos poderes porque isso não está de acordo com a essência do poder administrativo. O sr. presidente da Câmara Municipal, cuja função primordial é exercer a administração, não passando as suas funções legislativas de um meio de administrar (Anuário da Câmara dos Deputados, 1910, p. 241).

O projecto n. 4, de 1916, limita-se a restaurar o sistema da eleição directa do prefeito da capital, sistema que, victorioso na lei n. 1.103, de 1907, art. 6.º, foi desvirtuado pelo art. 1.º da lei n. 1.211, de 1910.

Mandando a Constituição do Estado, art. 52, parágrafo 1.º, que a administração municipal seja constituída por eleição, trata-se apenas de saber si, no caso, a escolha do organo executivo deve ser feita pelo povo ou pela Câmara.

do dos discursos no mesmo dia, e outra do mesmo, pela quantia de 10.000.000, para deificação em 24 horas.

"A Mesa, estudando a natureza dos serviços que eram propostos, e pensando bem nas condições de idoneidade e segurança necessarias para a execução dos trabalhos, resolveu, em 12 de agosto de 1916, a respeito do modo por que foi o serviço stenographico executado na Câmara passada, e do modo por que o tem despendido em outros lugares o segundo proponente, RESOLVEU ACCEITAR A UNDA PROPOSTA DE REDACÇÃO, pela qual os debates podiam ser publicados poucos dias depois, com a maior regularidade.

"A Mesa julgou conveniente levar o facto ao conhecimento da Câmara, para dar a razão pela qual accellou uma proposta de 10.000.000, em vez de 20.000.000, e que o serviço não deve ser avaliado somente pelo preço, mas pela qualidade (apoiados), e neste sentido a proposta que offerecia maiores vantagens é a que foi accellada por Mesa, e com a sua aut. se lavrará contracto, si o contrario não se entender a contrario.

A Câmara approvou unanimemente a deliberação da Mesa.

Em 1907, a Câmara dos Deputados da União tem o exemplo do apanhamento e redacção dos debates organizado como uma secção de sua secretaria, o nelle despendo 137.000.000 mensaes, ou 1.644.000.000 annuaes;

4) que no Senado Federal esse serviço é feito por um chefe de redacção, despendendo-se apenas 9.000.000 mensaes;

5) que a Câmara Federal se compõe de 212 representantes, funcionando num recinto vasto, e o Senado, de 63 senadores, tendo ambas as Câmaras oradores fluentes e realizando sessões longas;

6) que, portanto, sendo ali reunida com perfeição o apanhamento dos debates com essa organização e essa despesa, podia a Câmara dos Deputados de S. Paulo remodelar o seu serviço com grande economia, criando um corpo de cinco funcionarios, sendo um chefe, dois tachygraphos de primeira classe e dois de segunda, que executariam o apanhamento dos debates, lo bem como lo fariam os contractantes.

Quando os Annuários de 1910, p. 306, Mas o argumento não prevalece quanto a capital, em que, por excepção, o mandato do prefeito dura tres annos.

A Comissão de Justiça é, portanto, pela aprovação do projecto, 85 no total, e a maioria de 100, para a legislação em vigor. Está bem claro que os vereadores continuariam a ser em numero de dezesseis, como até agora (Lei n. 1.103, art. 3.º, parágrafo unico), e que, nos casos de impedimento do prefeito, a Câmara elegeria um dos vereadores para substituí-lo (Lei n. 1.211, art. 2.º).

Sala das commissões, 30 de agosto de 1916. — João Martins, presidente (vencido, com voto em separado); Alencar Machado, Rodrigues Alves, José Roberto.

Não me parece que o projecto, abrindo uma excepção odiosa para o município da capital, venha trazer vantagens para o interesse publico. O município da capital já goza do privilegio da eleição directa do seu prefeito e as graves inconvenientes demonstrados por esse systema de eleição, o Congresso a revoga systema e a faz-o entrar no regimen comum dos demais municípios.

Não ha novas e justos motivos para iniciarmos nova experiencia sobre a eleição directa do prefeito da capital, experiencia feita ha pouco tempo e com resultados prejudiciais.

Não ha mais melhor governado do que a Inglaterra e não povo mais conservador e amigo da tradição do que o povo inglês. O direito inglês é costumeiro e não ha nesse país o período da reforma da lei, que em outros países torna a verdadeiramente mania. Não ha povo mais respeitador de sua lei do que o inglês e nem ha país onde a lei seja melhor aplicada do que na Inglaterra. Não ha país que tenha maior quantidade de leis do que o nosso e onde as leis sejam mais acatadas e mais frequentemente reformadas e modificadas. Essas continuas reformas prejudicam até a boa applicação da lei. Exemplo frísante das continuas reformas temos neste projecto. A lei n. 1033 de 19 de dezembro de 1905 reformou a lei n. 1.103, de 1907, e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Esta lei estabeleceu que nos municípios da capital, Santos e Campinas o prefeito seria eleito por suffragio directo e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Sendo negativo o resultado e graves os inconvenientes, foi aprovada a lei n. 1.211, de 1910, supprimindo a eleição directa do prefeito dos municípios e passando a ser eleito pelas respectivas Câmaras. Em 1913 mais uma reforma alinda foi feita e em virtude da qual o prefeito da capital é eleito por tres annos. Todas essas reformas, incluindo a da capital, não nos dão direito a dizer que o sistema de eleição directa do prefeito da capital por suffragio directo, Confessemos que é multa reforma. O actual projecto resolve uma necessidade e vem melhorar a situação do município? Temos fundada razão para supor que não.

A eleição directa do prefeito da capital será uma excepção e, como toda a excepção, é odiosa; será um motivo para justo resentimento de outros municípios.

Já tivemos a experiencia feita em tres municípios, incluindo o da capital, e o resultado foi desastroso. Em Campinas estabeleceu-se séria divergência, no regimen que se quer adoptar de eleição directa do prefeito, entre este e a Câmara, e tal foi o atrito que as designações foram feitas, para a eleição de 1913, por eleição indirecta, e a eleição de 1914, por eleição directa. Não menores inconvenientes se registaram nesta capital e o actual projecto, melhor do que nós todos, poderá conhecer e avaliar das grandes dificuldades trazidas ao município e filhas do actual projecto, sistema de eleição directa do prefeito.

Si é essa a experiencia já demonstrada para que voltarmos a insistir pela eleição directa?

Nem se diga que deve haver eleição directa do prefeito para bairros de Ibiúba, de poderes municipais. Traz o poder legislativo separado do executivo. As corporações municipais são corporações administrativas e não podemos estabelecer uma separação rigorosa dos poderes porque isso não está de acordo com a essência do poder administrativo. O sr. presidente da Câmara Municipal, cuja função primordial é exercer a administração, não passando as suas funções legislativas de um meio de administrar (Anuário da Câmara dos Deputados, 1910, p. 241).

O projecto n. 4, de 1916, limita-se a restaurar o sistema da eleição directa do prefeito da capital, sistema que, victorioso na lei n. 1.103, de 1907, art. 6.º, foi desvirtuado pelo art. 1.º da lei n. 1.211, de 1910.

do dos discursos no mesmo dia, e outra do mesmo, pela quantia de 10.000.000, para deificação em 24 horas.

"A Mesa, estudando a natureza dos serviços que eram propostos, e pensando bem nas condições de idoneidade e segurança necessarias para a execução dos trabalhos, resolveu, em 12 de agosto de 1916, a respeito do modo por que foi o serviço stenographico executado na Câmara passada, e do modo por que o tem despendido em outros lugares o segundo proponente, RESOLVEU ACCEITAR A UNDA PROPOSTA DE REDACÇÃO, pela qual os debates podiam ser publicados poucos dias depois, com a maior regularidade.

"A Mesa julgou conveniente levar o facto ao conhecimento da Câmara, para dar a razão pela qual accellou uma proposta de 10.000.000, em vez de 20.000.000, e que o serviço não deve ser avaliado somente pelo preço, mas pela qualidade (apoiados), e neste sentido a proposta que offerecia maiores vantagens é a que foi accellada por Mesa, e com a sua aut. se lavrará contracto, si o contrario não se entender a contrario.

A Câmara approvou unanimemente a deliberação da Mesa.

Em 1907, a Câmara dos Deputados da União tem o exemplo do apanhamento e redacção dos debates organizado como uma secção de sua secretaria, o nelle despendo 137.000.000 mensaes, ou 1.644.000.000 annuaes;

4) que no Senado Federal esse serviço é feito por um chefe de redacção, despendendo-se apenas 9.000.000 mensaes;

5) que a Câmara Federal se compõe de 212 representantes, funcionando num recinto vasto, e o Senado, de 63 senadores, tendo ambas as Câmaras oradores fluentes e realizando sessões longas;

6) que, portanto, sendo ali reunida com perfeição o apanhamento dos debates com essa organização e essa despesa, podia a Câmara dos Deputados de S. Paulo remodelar o seu serviço com grande economia, criando um corpo de cinco funcionarios, sendo um chefe, dois tachygraphos de primeira classe e dois de segunda, que executariam o apanhamento dos debates, lo bem como lo fariam os contractantes.

Quando os Annuários de 1910, p. 306, Mas o argumento não prevalece quanto a capital, em que, por excepção, o mandato do prefeito dura tres annos.

A Comissão de Justiça é, portanto, pela aprovação do projecto, 85 no total, e a maioria de 100, para a legislação em vigor. Está bem claro que os vereadores continuariam a ser em numero de dezesseis, como até agora (Lei n. 1.103, art. 3.º, parágrafo unico), e que, nos casos de impedimento do prefeito, a Câmara elegeria um dos vereadores para substituí-lo (Lei n. 1.211, art. 2.º).

Sala das commissões, 30 de agosto de 1916. — João Martins, presidente (vencido, com voto em separado); Alencar Machado, Rodrigues Alves, José Roberto.

Não me parece que o projecto, abrindo uma excepção odiosa para o município da capital, venha trazer vantagens para o interesse publico. O município da capital já goza do privilegio da eleição directa do seu prefeito e as graves inconvenientes demonstrados por esse systema de eleição, o Congresso a revoga systema e a faz-o entrar no regimen comum dos demais municípios.

Não ha novas e justos motivos para iniciarmos nova experiencia sobre a eleição directa do prefeito da capital, experiencia feita ha pouco tempo e com resultados prejudiciais.

Não ha mais melhor governado do que a Inglaterra e não povo mais conservador e amigo da tradição do que o povo inglês. O direito inglês é costumeiro e não ha nesse país o período da reforma da lei, que em outros países torna a verdadeiramente mania. Não ha povo mais respeitador de sua lei do que o inglês e nem ha país onde a lei seja melhor aplicada do que na Inglaterra. Não ha país que tenha maior quantidade de leis do que o nosso e onde as leis sejam mais acatadas e mais frequentemente reformadas e modificadas. Essas continuas reformas prejudicam até a boa applicação da lei. Exemplo frísante das continuas reformas temos neste projecto. A lei n. 1033 de 19 de dezembro de 1905 reformou a lei n. 1.103, de 1907, e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Esta lei estabeleceu que nos municípios da capital, Santos e Campinas o prefeito seria eleito por suffragio directo e a lei n. 1.103, de 1907, reformou a lei n. 1.103, de 1905, e a lei n. 1.103, de 1905, reformou a lei n. 1.103, de 1907. Sendo negativo o resultado e graves os inconvenientes, foi aprovada a lei n. 1.211, de 1910, supprimindo a eleição directa do prefeito dos municípios e passando a ser eleito pelas respectivas Câmaras. Em 1913 mais uma reforma alinda foi feita e em virtude da qual o prefeito da capital é eleito por tres annos. Todas essas reformas, incluindo a da capital, não nos dão direito a dizer que o sistema de eleição directa do prefeito da capital por suffragio directo, Confessemos que é multa reforma. O actual projecto resolve uma necessidade e vem melhorar a situação do município? Temos fundada razão para supor que não.

A eleição directa do prefeito da capital será uma excepção e, como toda a excepção, é odiosa; será um motivo para justo resentimento de outros municípios.

Já tivemos a experiencia feita em tres municípios, incluindo o da capital, e o resultado foi desastroso. Em Campinas estabeleceu-se séria divergência, no regimen que se quer adoptar de eleição directa do prefeito, entre este e a Câmara, e tal foi o atrito que as designações foram feitas, para a eleição de 1913, por eleição indirecta, e a eleição de 1914, por eleição directa. Não menores inconvenientes se registaram nesta capital e o actual projecto, melhor do que nós

Os fumantes de bom paladar
devem preferir os inimitáveis
cigarros
**Oiga, Gioconda
e Commendadores**
são as sublimas misturas de
puro fumo turco

Precocidade no crime

Uma criança de 11 annos de idade que já anda armada de fuzil — Beija e fuzilamento — No beco de Lucas.
O menino João, de 11 annos de idade, filho de Antonio Lages, morador no beco de Lucas, n. 14, brincava hontem, pouco depois das 17 horas, com diversos menores, em frente a casa dos seus paes. Num dado momento, por um incidente qualquer, sem importância, João desfez-se com a munição conhecida pela alcunha de "Bom-beco", morador no n. 11 daquelle beco.
Em seguida, a uma troca de tiros e pontapés, "Bom-beco" feriu João a uma facada na coxa direita.
Chamado a vítima apresentaram queixa a policia, sendo o pequeno João socorrido pela Assistencia.

Loteria de S. Paulo

Realiza-se amanhã mais uma extração desta importante loteria, sendo o premio maior 100 contos, em dois premios de 50 contos cada um.

Conferencia

O sr. dr. Alcantara Gomes, illustre medico no Rio, que se acha actualmente nesta capital, realizará hoje, ás 20 horas, no salão nobre do Dispensario "Clemente Ferreira", a conferencia sobre "As operações de pneumothorax", apresentando idéas originaes sobre o assumpto e descrevendo a operação da thoracocentese compensadora que visa o tratamento dos pneumothorax suffocantes.

A directoria da Liga Paulista contra a Tuberculose, por nosso intermedio, convida a todos os socios desta associação, á mocidade estudiosa das nossas escolas de medicina, á classe medica em geral para assistir a essa conferencia.

Será livre o ingresso no Instituto.

Contra qualquer d. prov. FURTIVIDADE DETECTADA

União Catholica Santo Agostinho

A União Catholica Santo Agostinho acaba de transferir a sua sede social para o largo da Sé, n. 5, primeiro andar, cuja inauguração dar-se-á por todo este mez, realizando-se nessa occasião um sarau literario-musical.

Caixa de Credito Agricola

O Banco Cooperativo Commercial de S. Paulo constituiu ante-hontem a Caixa de Credito Agricola de Tayuva, neste Estado. Com essa, é a 11.ª que installa este anno.

Esse instituto de credito, devido ao grande numero de pedidos de lavradores, ainda este mez installará outras cooperativas agricolas.

O plano cooperativo do Banco está obtendo franco successo no seio da lavoura.

A directoria da Cooperativa Agricola de Tayuva ficou constituída dos srs.: dr. José de Arruda Cardoso, Agripio Ortiz de Camargo e Antonio Lourenço Bailão.

Foram fundadores dessa Caixa os srs. Serafim e Antonio Collettes, Julio Martins, Guilherme Moura, Geraldo Bettini, João dos Santos Custodio, Faustino Jorge, Gervasio Conrado, Antonio Pinto e Pedro Rodrigues.

no Trianon

concerto orchestral
diariamente
das 20h às 24 horas

Desastres e ferimentos

A menor Izabel, de 4 annos de idade, filha de Valencio Kropowsky, residente á rua de Santa Helena, n. 228, quando fazia travessuras hontem, pela manhã, no quintal da casa de seus paes, deu uma queda, sofrendo uma fratura da coxa esquerda.

Depois de receber os primeiros socorros, ministrados pelo sr. dr. José Luiz Guimarães, medico da Assistencia, a infeliz criança foi removida para o hospital da Santa Casa.

O menor Antonio, de 5 annos de idade, filho de Joaquim Gonçalves, residente á rua Joaquim Carlos, n. 264, ao atravessar hontem, pouco depois das 10 horas, aquella rua, foi atropelado pela carroça n. 1.064, guiada por Antonio Machado. O carroeiro evadiu-se e a pequenina victima do desastre foi socorrida pelos socorros no posto da Assistencia Policial.

Foi aberto o respectivo inquerito.

Na typographia da rua S. João, n. 207, foi hontem victima de um desastre o menor Raul Senavone, de 13 annos de idade, residente á rua Silva Pinto, n. 1-3.

Enquanto o processo, tendo o sr. Pinto de Toledo votado no sentido de baixar a condemnacão ao minimo.

N. 7937 — Jahu — Appellante, o menor Antonio Serpa; appellada, a Justica — Negaram provimento.

N. 7938 — Appellante, o Appellante, o Juiz ex-officio; appellado, Manuel Machado dos Santos Vieira — Converteram o julgamento em diligencia.

Relatadas pelo sr. ministro Ph. Castro: N. 7948 — S. Rita da Passada Quatro — Appellante, o Juiz ex-officio; appellado, Eugenio Marchi — Negaram provimento.

N. 7979 — Avaré — Appellante, o Juiz ex-officio; appellado, Arlindo de tal — Converteram o julgamento em diligencia, cõrreção de offy. de Almeida e Silva que negava provimento.

N. 7932 — S. Cruz do Rio Pardo — Appellante, Virgilio Fernandes Borges; appellada, a Justica — Negaram provimento, contra o voto do sr. Pinto de Toledo.

Relatadas pelo sr. ministro Pinto de Toledo: N. 7946 — Jahu — Appellante, sr. promotor publico; appellado, Amadeu Bongetti — Deram provimento, contra o voto do sr. Almeida e Silva.

Seção de informações

Avismos nos nossos distinctos assigantes, que nos honram com as suas prezadas ordens, que todo e qualquer pedido de informações, compras o etc, que tenham de ser obtidas fora do perimetro central da cidade, DEVE VIR ACOMPANHADO DA IMPORTANCIA NECESSARIA PARA O TRANSPORTE DE BONDE (IDA E VOLTAS).

Sr. Benedito V. Dias — Piedade — A casa informo ter feito o despacho no dia 2. Segue carta.

Sr. Antonio F. Ribeiro — Pirajuby — O preço de 6 de 200\$000. Espere carta.

Sr. Eduardo Ferraz Filho — Cravinhos — Espere resposta por carta.

Sr. Benedito de Almeida — Elias Fausto — Segue resposta.

Sr. Amador P. de Almeida — Ilaberá — Escreveremos hontem.

Sr. Alberto B. Gomes — Santa Cruz do Rio Pardo — A informação seguiu por carta.

Sr. Theophilo B. de Alencar — S. João da Boa Vista — O recolhimento foi hontem effectuado. O recibo segue em carta registada.

Sr. Manuel F. Ribeiro — Jahu — Vai ser providenciado e que nos pediu.

Sr. Vicente Kenesha — Itapollis — A revista a que se refere não é encontrada á venda nesta capital e sim no Rio.

Sr. Antonio Bueno da Cunha — Quezuz — O requerimento a que se refere está em andamento. Acompanhe os actos officiaes que publicamos diariamente, afim de se inteirar do despacho.

Sr. João Dias Villas Boas — Anhemby — As de compra e venda são lentas.

Sr. Amado de Barros — Franca — A portaria do licenca seguiu hontem, registada, pelo correio, e com ella o saldo de \$900 em sellos.

Srs. Moraes e Comp. — Mogy-mirim — Registrado pelo correio de hontem, mandamos a portaria de licenca, de que trata a sua carta de 3.

TRIBUNAL DE JUSTICA

CAMARA CRIMINAL

Sessão ordinaria em 4 de setembro de 1916.

Presidente, o sr. ministro dr. Xavier de Toledo.

Secretario, o sr. dr. Luiz de Araujo.

Passagens de autos

O sr. Almeida e Silva ao sr. Brito Bastos, o agravo \$804 da capital e os crimes 7934 de Mogy-mirim, 7940 do S. Roque, 7947 de Socorro e 7970 de Santos.

O sr. Brito Bastos ao sr. Ph. Castro, a crime 7927 da capital e o agravo \$436 da capital.

O sr. Ph. Castro ao sr. Pinto de Toledo, o agravo \$478 da capital e os crimes 7918 de Itapirava e 7944 da capital.

O sr. Pinto de Toledo ao sr. Almeida e Silva, a crime 7953 do S. Manuel e os agravos \$434 de Bauru, \$433 da capital e \$398 de Itapirava.

Foram expostos os agravos 7944 pelo sr. Almeida e Silva, \$434, \$512, \$508, \$500 e \$210 pelo sr. Brito Bastos, \$462 pelo sr. Ph. Castro, \$482, \$175, \$467 e \$502 pelo sr. Pinto de Toledo.

O sr. promotor geral do Estado deu parecer nas applicações crimes 7931, 7942 e 7943 da capital, 7974 de Santos, 7933 de Bauru, 7963 de Pirajuby, 7957, de Pirajuby, 7968 de Botucatu, 7964 de Ribeirão Bonito, 7931 de Araraquara, 7954 de Mogy-mirim e 7951 de Mogy-mirim, no recurso \$648 da capital e no recurso eleitoral \$244 de Itapirava.

JULGAMENTOS

Relatadas pelo sr. ministro presidente do Tribunal:

N. 2422 — Jahu — Paciente, dr. Ingles Dolzani de Sousa — Julgaram prejudicial a defesa, á vista da informação do sr. Juiz de direito.

N. 2423 — Taubaté — Paciente, José Vicente dos Santos — Concederam a ordem.

N. 2424 — Sorocaba — Paciente, Alberto Trugilho — Julgaram informacões do sr. Juiz de direito.

Recurso eleitoral

Relatado pelo sr. ministro Ph. Castro: N. 6341 — Xiriviera — Recorrente, Pedro Marciano de Pontes; recorrida, a Camara Municipal — Deram provimento.

Recurso ordinario

Relatado pelo sr. ministro Almeida e Silva:

N. 3549 — Rio Preto — Recorrente, o Juiz ex-officio; recorrido, Patrocínio Lopes Montarroy — Negaram provimento.

Relatadas pelo sr. ministro Brito Bastos:

N. 3514 — Palmiras — Recorrente, o promotor publico; recorrido, Adílio Ramos — Negaram provimento.

N. 3515 — Capital — Recorrente, Lázaro Ferreira de Almeida; recorrido, dr. Agostinho de Campos Salles — Deram provimento para annullar o processo.

Relatado pelo sr. ministro Ph. Castro:

N. 3550 — Taquaritinga — Recorrente, o Juiz ex-officio; recorrido, Martinho Alves de Oliveira — Negaram provimento.

Appellações criminaes

Relatadas pelo sr. ministro Almeida e Silva:

N. 7733 — Capital — Appellantes, Benedito Costa e outro; appellada, a Justica — Negaram provimento.

N. 7823 — Santos — Appellante, Salvador Natelson, menor; appellada, a Justica — Negaram provimento.

N. 7905 — Capital — Appellante, Barbosa Gallucio; appellada, a Justica — Negaram provimento contra o voto do sr. Almeida e Silva que apenas modificava a pena.

N. 7913 — Campinas — Appellante, João de Oliveira Lopes; appellada, a Justica — Negaram provimento.

Relatados pelo sr. ministro Brito Bastos:

N. 8039 — Rio Preto — Aggravante, Salim Madi; agravado, Caetano Fabiani — Negaram provimento.

N. 8124 — Capital — Aggravantes, Duarte Rezende e Comp.; agravada, a massa fallida do Bente de Barros Taveira — Não tomaram conhecimento.

N. 8185 — Capital — Aggravantes, A. M. Pigeiro e Comp.; agravado, Antonio Jorge Zool — Deram provimento.

N. 8227 — Capital — Aggravante, H. Helena de Mansfeld; agravado, José de Maio — Negaram provimento.

N. 8339 — Rio Preto — Aggravante, dr. Jayme Soares do Nascimento; agravado, João Flaminio de Queiroz — Vencido a preliminar de inadmissibilidade do agravo para o caso, pelo voto do desembargo, deram provimento, contra o voto do sr. Pinto de Toledo.

N. 8397 — Taquaritinga — Aggravante, dr. Angelo T. de Bittencourt e sua mulher; agravado, Luiz de Assis Pacheco Junior — Negaram provimento.

N. 8435 — Dols Corregos — Aggravante, João Modesto da Costa; agravado, espelho de Joaquim Pereira de Toledo — Deram provimento em parte.

N. 8480 — Capital — Aggravante, Joaquim José Rodrigues; agravado, dr. Juvenal Parada — Negaram provimento, contra o voto do sr. Ph. Castro.

Relatados pelo sr. ministro Ph. Castro:

N. 8403 — Dols Corregos — Aggravante, João Justino dos Santos; agravado, a Camara Municipal de Dols Corregos — Não tomaram conhecimento por estar fora do prazo.

N. 8428 — Santos — Aggravante, Teophoro José Ferreira dos Santos; agravado, dr. Flor Horacio Cyrillo — Não tomaram conhecimento, contra o voto do sr. Almeida e Silva.

N. 8433 — Rio Preto — Aggravantes, Lino José Seixas e outros; agravados, Joaquim Menino do Nascimento e outros — Negaram provimento, com instrucções ao Juiz.

N. 8442 — Rio Preto — Aggravante, sr. curador geral de orphans; agravados, José Benedito de Sousa e outros — Negaram provimento, contra o voto do sr. Ph. Castro, designado o sr. Pinto de Toledo para lançar o accordo.

N. 8504 — Capital — Aggravante, Octavio Braga; agravado, F. Correa — Negaram provimento.

Embargos de declaracão

Relatados pelo sr. ministro Brito Bastos:

N. 8114 — Capital — Embargante, José Rossi; embargado, João Bruno — Julgaram os embargos.

N. 8369 — Capital — Embargantes, dr. Juvenal Parada e outro; embargados, Herm Stoltz e Comp. — Rejeitaram os embargos.

N. 8426 — Capital — Embargante, a Camara Municipal do Salto de Itaipu, em nome do The British Bank of South America Limited. — Rejeitaram os embargos.

Relatados pelo sr. ministro Ph. Castro:

N. 8376 — Capital — Embargante, dr. Luiz de Sousa Barros; embargada, Companhia Prado Chaves — Rejeitaram os embargos.

Relatado pelo sr. ministro Pinto de Toledo:

N. 8367 — Capital — Embargantes, Aramian e Comp.; embargado, dr. Octavio Mendes — Rejeitaram os embargos.

A procuração passada para promover processo por certo crime não serve por certo crime por delicto differente.

Um individuo foi processado pelo crime de calúnia e, denunciado, recorreu do respectivo despacho.

O Tribunal verificou que a procuração passada, ao advogado do autor continha poderes para promover contra o recorrente processo por crime de injuria. Mas o processo em questão era pelo crime de calúnia, sendo de concluir que tinha sido o intentado por procurador illegitimo. Por tal motivo foi o processo annullado.

O processo de responsabilidade não cabe contra quem não for funcionario publico, mas simples mandatário de uma autoridade administrativa.

Numa comarca do interior, moveu-se processo de responsabilidade contra um cobrador do serviço de aguas, accusado de um crime de furto.

O Juiz achou que não era um simples mandatário do prefeito e não um funcionario publico, não lhe sendo, portanto, applicavel o processo de responsabilidade.

Interposto recurso desta decisão, o Tribunal confirmou-a. Não era effectivamente, o processo de responsabilidade que cabia na hypothese, mas o de apropriação indebita.

O exame pericial deve ser feito por especialistas da materia.

Na comarca de Limeira, existia um curandeiro, cuja fama milagrosa assombrava a população.

Chamado para acudir a uma moça, que se accusava estar sendo possuída por espiritos malignos, o homem formulou logo um diagnostico de estarecer: "a coitada tinha o diabo no corpo. Mas elle havia de sair; e, para conseguí-lo, dei-lhe as mãos ao pescoço e espremei."

O denunciação ao Juiz, a moça, todavia, mais poderosa do que as forças antitánicas que se propuzeram expulsão do terreno conquistado. O curandeiro, confiante e tímido, comprimi, apertou mais o pescoço da enlaidada. No entanto, em vez de lhe tirar o diabo, tirou-lhe a vida e a pobreza, que possivelmente escaparia da molestia, morreu da cura.

O curandeiro foi processado, julgado e absolvido.

Interposta applicação da sentença, o Tribunal confirmou-a. Não era effectivamente, em diligencia. Constatou dos autos um exame pericial, cujos resultados não podiam considerar-se conclusivos. Tal exame precisava ser feito por peritos psychiátricos.

O curador de orphans tem direito ao pagamento de condução quando em diligencia.

Depois de varios incidentes sobre custas entre o curador de orphans e o contador de certa comarca, resolveu o ultimo informar, por carta nuns autos, ao Juiz que a lei não mandava pagar escriptura ao curador de orphans em diligencia; assim achava não dever contar tal condução. O Juiz deferiu a conta do contador e o curador aggravou de tal despacho.

E' certo que o regimento de custas não maren condução ao curador de orphans em diligencia. Isso não importa, todavia, na negação desse direito e a obrigação dos tribunales é justamente interpretar a lei, para determinar os casos que ella teve em vista ao estabelecer.

Ora, o Tribunal tem decidido, aliás, de accordo com a opinião do sr. ministro presidente, dr. Xavier de Toledo, que o curador tem direito á condução pericial.

No caso, apenas uma dúvida surgiu, qual era a de não se saber quem fosse o agravado. Por um lado, o contador não era parte no processo; mas, por outro, também não era Juiz como o Juiz coadjutor e pagamento das custas. Parecia-lhe, no entanto, que estas deviam recahir sobre o curador, uma vez que se tratava de questões por elle suscitadas.

Com este parecer conformaram-se os srs. ministros Philadelpho de Castro e Almeida e Silva.

Contra, votou o sr. ministro Pinto de Toledo. O agravante pediu o pagamento de custas que a lei lhe não dava. O curador não é obrigado a ir a tas diligencias; si vai, é por conveniencia propria e então que paga a parte para lhe pagar a condução. No caso de recusa, caberia ao escripturário providenciar.

O cedente não é obrigado a depositar causa processada pelo cessionario.

Requerido o depolimento do cedente na causa promovida pelo cessionario, o Juiz indeferiu e deste despacho foi interposto agravo.

O Tribunal confirmou o despacho ao agravo. Mas, em caso de cessação haja sido feita depois de iniciada a execução, o cedente não é obrigado a depositar, desde que a causa continua com o cessionario, ao qual foram transferidos todos os direitos e obrigações do contrato accionado, incluindo as remessas judicias e correspondentes deveres e prerogativas.

Contra, votou o sr. ministro Philadelpho de Castro, que entendia ter havido nulidade na cessão.

M. B.

Approva o plano de alveamento da rua Affonso Sardinha.

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, usando da attribuição que lhe são conferidas por lei, e nos termos do disposto no art. 6.º do Acto de 179, de 14 de julho de 1915, resolveu approvare o plano de nivelamento da rua Affonso Sardinha, conforme a planta levantada pela Directoria de Obras e Viação, nesta data rubricada, de accordo com a qual serão dados os nivelamentos.

Prefeitura do Municipio de S. Paulo, 4 de setembro de 1916, 363.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,

Washington Luis P. de Sousa.

O Director Geral,

Arnaldo Cintra.

Sollicitaram-se da Secretaria da Justica e da Seguranca Publica, reiterando o offy. n. 241, de 13 de junho do corrente anno, as necessárias providencias no sentido de serem comissões de peritos, em nome da Directoria de Obras e Viação para o dia 5 do corrente mez foram assim distribuidas:

Turma de calceiros: Avenida Celso Garcia: 6 calceiros, 5 serventes, 1 carroça; reposição de calçamento.

Rua Cruz Branca: 5 calceiros, 5 serventes, 1 carroça; reposição de calçamento.

Rua D. José de Barros: 5 calceiros, 5 serventes, 1 carroça; reposição de calçamento.

Ladeira S. João: 7 calceiros, 7 serventes, 2 carroças; reposição de calçamento.

Rua das Flores: 5 calceiros, 4 serventes, 1 carroça; reposição de calçamento.

Rua Domingos de Moraes: 5 calceiros, 4 serventes, 1 carroça; reposição de calçamento.

Alameda Santos: 5 calceiros, 4 serventes, 1 carroça; reposição de calçamento.

Diversas ruas: 5 calceiros, 4 serventes, 2 carroças; ligacões de agua e gaz.

Porto Canindé: 2 serventes; guardas.

Turma de trabalhadores: Almoxtarifado: 2 operarios; guarda e arrumação de materias.

Centro da cidade: 7 operarios, 3 carroças; reposição de calçamentos especiais.

Rua Herculano de Figueiredo e Comp.: 4 operarios; nivelamento.

Travessa Tannandará: 1 felter, 9 operarios, 4 carroças; nivelamento.

Rua Duilio: 1 felter, 6 operarios, 1 carroça; regularização.

Travessa João Cesario: 1 felter, 11 operarios, 4 carroças; regularização.

Turma de trabalhadores: Almoxtarifado: 2 operarios; guarda e arrumação de materias.

Centro da cidade: 7 operarios, 3 carroças; reposição de calçamentos especiais.

Rua Herculano de Figueiredo e Comp.: 4 operarios; nivelamento.

Travessa Tannandará: 1 felter, 9 operarios, 4 carroças; nivelamento.

Rua Duilio: 1 felter, 6 operarios, 1 carroça; regularização.

Travessa João Cesario: 1 felter, 11 operarios, 4 carroças; regularização.

Turma de trabalhadores: Almoxtarifado: 2 operarios; guarda e arrumação de materias.

Centro da cidade: 7 operarios, 3 carroças; reposição de calçamentos especiais.

Rua Herculano de Figueiredo e Comp.: 4 operarios; nivelamento.

Travessa Tannandará: 1 felter, 9 operarios, 4 carroças; nivelamento.

lão de Mesquita — Foi pronunciado no artigo 294, paragrapho 1.º, do Código Penal, Miguel Russell, autor do assassinio de sua mulher Eliza Lobaco Russell.

Forum Civil

Princiera vara de orphans — O sr. dr. Adalberto Garcia, juiz de direito da primeira vara de orphans e providoria, proferiu hontem, entre outras, as seguintes decisões:

Julgando boas as contas prestadas por José da Cunha Barros, como curador da interdita d. Amelia da Cunha Ribeiro;

recebendo, nos effectos regulares, a applicação interposta pelo dr. Manuel José de Castro Monteiro de Barros Junior, da sentença que negou encabeçamento de bens forçicos, deixados por Carlos Bresser;

Julgando o calculo no inventario de Carlos Kelberg e adjudicando os bens á unica herdeira d. Frid Kelberg;

Julgando por sentença o calculo feito nos autos de inventario de José Bueno.

Prefeitura do Municipio

Directoria Geral

EXPEDIENTE DO DIA 4 DE SETEMBRO DE 1916

ACTO N. 978, DE 4 DE SETEMBRO DE 1916

Approva o plano de alveamento da rua Affonso Sardinha.

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, usando da attribuição que lhe são conferidas por lei, e nos termos do disposto no art. 6.º do Acto de 179, de 14 de julho de 1915, resolveu approvare o plano de nivelamento da rua Affonso Sardinha, conforme a planta levantada pela Directoria de Obras e Viação, nesta data rubricada, de accordo com a qual serão dados os nivelamentos.

MOLESTIAS DA PELLE
FERIDAS
cura rápida com:
CURADERMA LENCART

RIOS DE DINHEIRO!

Fortuna para todos! O misterio photographico! Novidade sensacional! Os mortos que resuscitam!
Mantiphotomom é uma machina pertencida da casa G. Conti e Comp. do Rio de Janeiro, que faz photographias que cantam, riem, abrem e fecham a bocca e os olhos como uma pessoa em carne e osso. Novidade estranhissima! Em uma semana, com o emprego de uma pequena capital de 70.000, ganham-se... 10.000. A maior oportunidade para se ganhar dinheiro! Uma criança poderá trabalhar com a maxima facilidade. Manda-se amostra da photographia, livro do ponto do correio, mediante remessa de \$500. Com esta machina faz-se fortuna com rapidez.
Agente geral para o Estado de S. Paulo: Vicente Innecco — Rua S. Antonio, 11-A (sobrado), S. Paulo.

FABRICA DE BILIARES

HENRIQUE ESTEPA
Modelos novos e caprichosos — Construção camorada. — Preços sem comparecimento. — Aceitam-se encomendas para o interior. — Venda de objectos para o interior. — Condições especiais para o exterior. — Rua Brigadeiro Tobias, 77

GAZOLINA

OLEOS GRAXAS

CARBURETO

Completo sortimento de pertences para automoveis

Preços sem concorrência

CASA TONGLET

Rua Barão de Itapetininga, 33 — Telephone, 1.518

CHEGARAM

ONE-STEPS, RAG-TIMES, FOX-TROTS, MAXIXES, VALSAS BOSTON e HESITAÇÃO

DISCOS DUPLS - PREÇOS AMERICANOS

CASA EDISON
RUA 15 NOV., 55



BILHARES

GRANDE FABRICA
Tenho em stock tipos variados e modernos, não temendo concorrência em preços — Grande sortimento de solas, giz, tacos, etc. Attendem-se pedidos do interior

SAVERIO BLOIS
RUA DOS GUSMOES, 49 — S. Paulo — Telephone, 1.894

FARELO PURO DE TRIGO

Para manter o gado em boa saúde, dar ao mesmo farelo puro — O farelo de trigo, quando é puro, é um optimo alimento, nutritivo, refrescante e também é mais economico — O seu preço é o mais barato de qualquer outra forragem

A Sociedade **"MOINHO SANTISTA,"**
RUA DE S. BENTO, 61-A — S. PAULO
Vende unicamente FARELO PURO

Um livro util

Gratuitamente dado aos nossos leitores

Quem nos devolver o presente annuncio, com seu endereço bem legivel, receberá pela volta do correio, a titulo de propaganda e ABSOLUTAMENTE GRATIS, como BRINDE, um livro, onde se encontra explicada detalhadamente a maneira de conseguir pelo hypno-magnetismo a Saúde, a Riqueza e a Felicidade.

Este utilissimo livro ensina o modo de qualquer pessoa curar a si propria e aos outros as mais chronicas enfermidades: o vicio da embriaguez, etc., etc. Indica como obter o bem-estar em casa, como impedir a viciandade a outrem, como inspirar o amor.

Os paes de familia, os commerciantes, os empregados, os formados, os militares, os sacerdotes, enfim, todos os homens, seja qual for a sua posição social, encontrarão o que mais lhes interessa. Devolve este annuncio, acompanhado de um selo para o porte do precioso livro, ao representante, sr. dr. Marx Doris, rua Paulino Fernandes, 29 — Botafogo, Rio de Janeiro, e receberéis o nosso brinde gratuito.

NOME ... RESIDENCIA ...

"LACTIFERO"

A amamentação natural

é a base essencial para o bom e facil desenvolvimento da criança.

Si a senhora não tem leite ou si o leite é fraco, use o

"LACTIFERO."

precioso descoberto na pharmacocutia

Joanna Stamato Bergamo

"O Lactifero", é o unico e infallivel GERADOR DO LEITE, estimula, augmenta e fortalece consideravelmente a secreção das glandulas mamarias.

É um poderoso fortificante

multo util tambem durante a GRAVIDEZ, depois do PARTO, contra o reclinismo das crianças, etc.

Analisado e aprovado pela exma. Directoria do SERVICO SANITARIO DO ESTADO DE S. PAULO.

Fabricantes - Pharmaceuticos

Francisco Alario Bergamo e Joanna Stamato Bergamo

Depoite geral Pharmacia Bergamo-R. Com. Parado, 111-S. Paulo-Montevideo nas principais drogarias e farmacias

S. Paulo - Telephone n. 1108

Preço de 1 vidro . . . \$5000

Preço de 6 vidros . . . \$30000

ENVIAR O PEDIDO E A IMPORTANCIA

PRESERVATIVO C. V.

Duza \$5000

Pelo correio mais . . . \$500

Ao Boticão Universal

Rua 15 de Novembro, 7

Capitão Jose Estanislau da Cunha

Com escriptorio em sua residencia

ATTENDE A CHAMADON — Compra o veiculo movel e a luminosa cinematographica, aceita a precatória para tomar conta do predio, afim de aluguel, proceder a concertos e receber aluguel.

Tem a venda alguns predios, inclusive um dos melhores palacetos da Avenida Paulista, bem como diversas fazendas, sendo uma do cristo, de primeira ordem, no triangulo Alcantara, com casa para residência, fazenda, quatro mil alqueires de terras de primeira qualidade, sendo 1.000 de maderes de lei e invaginação e 2.400 de campos, nativos para criar, de 8 a 4 mil rezes, 500 vacas paridas e cento e tantas para dar cria, cento e poucos porcos, 4 carneiros e a respectiva boiada e grandes quédas de aguas com diferentes logares para toar energia electrica.

Para mais informações

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

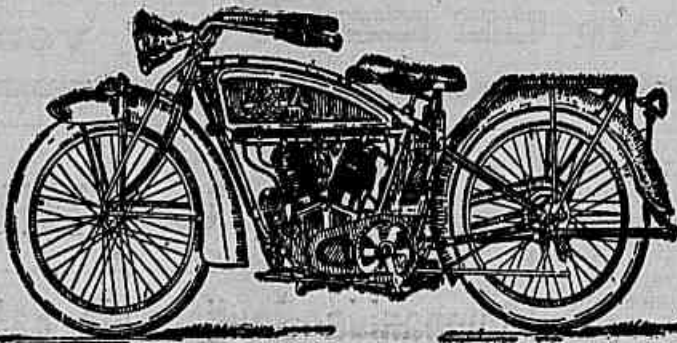
Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Travessa Particular da Travessa Muniz de Sousa, n. 4 — (Canibuey) — S. PAULO

Motocycleta "Excelsior"



RESISTENTE, CONFORTAVEL E ELEGANTE

Modelo 10-3 de 12/16 cavallos de 0 motor EXCELSIOR desenvolve de 15 a 20 forca, 3 cilindros, 3 velocidades

perfeição realizada em nosso record mundial — 36 segundos por milha

O primeiro e unico motor que conseguiu desenvolver uma velocidade de 100 milhas por hora

Peçam catalogos e informações aos depositarios:

Sociedade Industrial e de Automoveis "Bom Retiro"

Largo de S. Francisco, n. 3 — S. PAULO

Um Remedio Novo E Simples para Remover Callos

Acaba-se com Ligaduras, Emplastos, Unguentos e Dores Experimenta O Novo Remedio

Quando callos nos fiser-mos quasi "morrer com os sapatos nos pés," quando tiveres-as impregnadas, picadas e cortadas



"Uia. Livre-me dos callos em um instante com Gato Preto." E' Magico! E' des-um coberto de unguentos e ligas e ataduras, e emplastos que apenas servem para enfiar o dedo e crescer com mais rapidez, applica apenas duas gotas de "Gato-Preto" sobre o callo. Secar-se immediatamente. Poderás então calçar os sapatos e os sapatos. O callo está condemnado a morte. Paz o callo cair enfiado. "Gato-Preto" é o novo e simples remédio. Nada para grudar-se ou comprimir-se sobre o callo. Poderás usar sapatos novos. Nenhuma dor, nenhum vexame. Milhões de frascos de "Gato-Preto" são vendidos anualmente. É a maior cura do mundo para callos. Recusa substitutos. Fabricado por E. Lawrence & Co., Chicago, Illinois, U. S. A. Vendido em todas as drogarias e pharmacies.

Depositaros gerais:

Granado & Cia. R. de Janeiro

Barroso Soares & Cia. S. Paulo

Bijou Circo

Esta Companhia gymnastica, recentemente organizada, contracta artistas mediante propostas ao seu director Humberto Senna, em Pilar.

AO GATO PRETO

Agencia de todas as loterias

RUA DIREITA, 57

Pagado a ojeira de Santo Antonio

Telephone. 4.269

S. PAULO

Tratamento magnetico

PRF. ALEXANDRE MESNIER

O melhor systema de curar os callos, dando-lhes forca e vigor, em necessidade de remédio algum. Consulte o Dr. Mesnier

RUA GABRIEL DIAS, 93

(Esquina da Rua José Antonio Coelho)

VILLA MARIANA S. PAULO

Lloyd Real Hollandez

ZEELANDIA

Saíra de Santos no dia 6 de setembro para Rio, Bahia, Pernambuco, Ilheus, Vigo, Valmouth e Amsterdam

Mó se acolham passageiros com passaporto — Terceira classe, rila 17.000, incluindo o imposto, 1.2 e 2.2 classes, tratar com a agencia

ZEELANDIA

Saíra de Santos no dia 11 de setembro para Montevideo e Buenos Aires

Passageiros de 2.ª classe, rila 60.000, incluindo o imposto

Volteira de Prata em 20 de setembro e partirá no mesmo dia para a Europa

Sociedade Anonyma MARTINELLI S. PAULO

Rua Quinze de Novembro, 35

Caixa postal n. 440

SANTOS

Praça Barão do Rio Branco, 12

Caixa postal n. 166

MARMORARIA CARRARA

NICODEMO ROSELLI & COMP.

Rua 7 de Abril ns. 23 e 27 - Telephone, 2.409